

Turismo e Lazer: em Busca da Cidadania e da Inclusão Social

Área Temática de Meio Ambiente

Resumo

Este artigo relata as experiências de alunos-bolsistas do curso de Turismo e gestão hotelaria da Universidade FUMEC, num programa de extensão voltado para a ação comunitária. Trata-se de uma parceria entre a Universidade e a Prefeitura de Belo Horizonte /Parque das Mangabeiras/ Casa Menino no Parque/ Programa Esportista Cidadão (PEC). A intervenção iniciou-se em 2003, ano em que os alunos-bolsistas atuaram como educadores sociais, ministrando oficina de recreação para crianças de 5 a 7 anos. Em 2004 mudanças internas no PEC estão possibilitando uma intervenção pautada em duas propostas: o Turismo de Inclusão, que tem oportunizado às crianças e aos jovens, passeios turísticos pela cidade de Belo Horizonte; e, a capacitação dos educadores em educação ambiental e educação para o lúdico. Com essas iniciativas pretende-se uma formação humana, mais cidadã, que reconheça as diferenças culturais e também suas potencialidades, no sentido de contribuir para a construção de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres em relação ao lazer e turismo, e, em consequência, de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Autores

Vânia de Fátima Noronha Alves (orientadora)
Marcos Carvalho de Miranda Junior (acadêmico)
Renata Drumond Martins (acadêmico)

Instituição

Universidade FUMEC

Palavras-chave: turismo de inclusão; lazer; cidadania

Introdução e objetivo

O Centro Universitário FUMEC veio consolidando, nos últimos anos, uma política de extensão, para assegurar o princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Esta política possibilitou, juntamente com outras determinações do Conselho Estadual de Educação, o seu credenciamento como Universidade, no início de 2004.

A FUMEC entende que a extensão tem um caráter diferenciado de outras práticas acadêmicas, podendo proporcionar ao seu corpo docente e discente o contato e a vivência com realidades diferenciadas, além de estimular ações para o atendimento de demandas sociais complexas. Assim, visando a articulação entre projetos sociais e a comunidade acadêmica, este projeto, desenvolvido por dois estudantes do curso de Turismo e Gestão em Hotelaria, sob orientação da professora da disciplina Turismo e Lazer, foi intitulado “Turismo e lazer: em busca da cidadania e da inclusão social”. É uma proposta de ação comunitária, viabilizada pela parceria da FUMEC com o Programa Esportista Cidadão (PEC), que envolve a Casa Menino no Parque do Parque das Mangabeiras - Prefeitura de Belo Horizonte e outras instituições, como a AMAS, o Minas Tênis Clube, a FIAT, a ONG Rede Cidadã, o Conselho de Pais Criança Feliz, este financiado pelo Fundo Cristão para Crianças. Importante ressaltar que a consolidação dessas parcerias e constituição do PEC foi um processo que teve início no meio do ano de 2003, e se concretizou no final desse mesmo ano.

O Programa Esportista Cidadão atende 644 crianças e adolescentes do aglomerado da Serra em Belo Horizonte, em 4 núcleos, sendo eles: a oficina de esportes (Parque das Mangabeiras/quadras poliesportivas); o Projeto DOS - Drogas, Ocupação e Sexualidade - (Parque das Mangabeiras/britador); Aulas de reforço do ensino formal, Educação sexual e educação infantil (Conselhos de Pais Criança Feliz); e, por fim, oficinas de educação não formal, como horta, jardinagem, capoeira, dança, circo, arte, informática e recreação (Parque das Mangabeiras /Casa Menino no Parque).

O projeto de extensão está sendo desenvolvido diretamente na Casa Menino no Parque, priorizando atividade de lazer, turismo e meio ambiente. Objetiva proporcionar aos alunos bolsistas experiências com a coordenação de projetos em políticas públicas vinculadas ao turismo e ao lazer; a participação, junto com a comunidade, de projetos sociais, visando à educação para a cidadania e inclusão social; articular teorias adquiridas no curso à prática desses conhecimentos. Para a comunidade atendida o projeto visa garantir o direito ao lazer, por meio do turismo e da recreação, promovendo a cidadania e a inclusão social.

Esse projeto de extensão elegeu alguns pressupostos teóricos para seu desenvolvimento, dentre eles, o próprio entendimento de turismo. Para Keller (Apud Moesch 2003), diretor geral da Organização Mundial do Turismo (OMT) o turismo “é um fenômeno seguidamente mal entendido, ele não é uma indústria, pois não proporciona transferência de bens e serviços, que seriam produzidos atrás de alguns muros das empresas. O turismo se focaliza sobre os seres humanos que visitam um destino em função de um ou vários atrativos, isto permite que encontrem outros seres humanos que ali vivem e fornecem os bens e serviços exigidos pelos turistas. Os empregadores e empregados fornecem uma contribuição essencial à vida turística, mas não podemos entender os recursos sociais, culturais e naturais de uma localidade como mercadorias, e sim como relações humanas”.

Concordamos com Moesch (2003) quando diz que o turismo “é uma prática social, ou melhor, um campo de práticas histórico-sociais que pressupõem o deslocamento dos sujeitos em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades e, portanto, explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer”.

Nesta perspectiva, o turismo não é visto como uma atividade econômica, mas como uma possibilidade de formação humana, constituinte de novos sujeitos, que por meio desta vivência, se percebam no contexto social, como cidadãos, como produtos e produtores de cultura e com noção de pertencimento democrático e consciente aos bens materiais, patrimoniais e simbólicos.

O turismo deve ser entendido, como uma possibilidade de acesso ao lazer, outro importante pressuposto teórico dessa intervenção. O lazer é um direito social garantido em nosso país pela Constituição Brasileira de 1988. É um fenômeno sociocultural, historicamente localizado, vivenciado ludicamente no tempo disponível das pessoas, ou seja, fora das obrigações sociais, familiares, religiosas, políticas, dentre outras. Vivência cultural voltada para a promoção da saúde e da qualidade de vida individual e coletiva (Pinto, 2001). O turismo é considerado, neste contexto, um de seus conteúdos culturais. Torna-se, dentre os outros, o principal fenômeno capaz de potencializar as atividades do lazer com fins explícitos.

Essas concepções de turismo e lazer possibilitaram-nos ampliar o olhar sobre as dimensões sócio-histórica e antropológica sobre esses fenômenos, principalmente ao atuar com comunidades menos favorecidas, por isso mesmo, excluídas de acesso. Por ser um fenômeno multidisciplinar, torna-se pertinente, a intervenção por meio de atividades lúdicas, de sensibilização para uma conscientização ambiental, valorização do espaço urbano e do patrimônio histórico-cultural, uma vez que elas se relacionam na busca de um processo de fortalecimento da identidade em nível individual e coletivo.

A intervenção nesses campos demanda, portanto, a formação de profissional qualificado, competente, sensível, tolerante, agregador, sinérgico, comunicativo, criativo diante de imprevistos, com prazer por aquilo que realiza, capaz de entender as diferenças e a diversidade cultural, e, principalmente, comprometido com a transformação da realidade que o circunda. O projeto de extensão tem possibilitado a aproximação entre as atividades do turismo e do lazer permitindo ao aluno-bolsista o desenvolvimento dessas competências.

O projeto de extensão teve início no ano de 2003. Inicialmente os alunos-bolsistas atuaram como educadores sociais no Projeto Menino no Parque, antes deste ser incorporado pelo PEC, coordenando a “Oficina de Brincar”, para as crianças com idade entre cinco e sete anos. Nesta fase do projeto, estudos sobre o brincar foram fundamentais. A brincadeira passou a ser entendida como uma linguagem, processo de formação dos sujeitos à medida que estimula o desenvolvimento sociocognitivo, a imaginação, a criação e apropriação das regras próprias do universo infantil e social, auto-estima, confiança, segurança. É a vivência do lúdico e do direito de ser criança com prazer e liberdade. A brincadeira supõe um contexto social e cultural. É um processo de relações interindividuais. Ela pressupõe uma aprendizagem social. A criança aprende a compreender, dominar e depois, produzir uma situação específica, distinta de outras situações. É um espaço de socialização, de apropriação da cultura, de exercício da decisão e da invenção (Brougère, 1997).

No ano de 2004, o projeto de extensão foi reestruturado diante das novas demandas do PEC. A ação/intervenção dos alunos-bolsistas vem se pautando em 3 pressupostos a saber: turismo de inclusão, curso de capacitação em Educação Ambiental para os educadores da Casa Menino no Parque e reflexões sobre a ludicidade e brincadeiras durante as reuniões semanais desses mesmos educadores.

A proposta “Turismo e Lazer: em busca da cidadania e da inclusão social”, pretende que as crianças e jovens do PEC percebam que a cidade de BH também lhes pertence, eles são o patrimônio humano que, juntamente com o patrimônio histórico e cultural, compõe a cidade. Assim, eles são co-responsáveis pelo seu desenvolvimento, não cabendo esta tarefa apenas ao poder público. É preciso fazer com que as pessoas aprendam a valorizar a cidade e uma das possibilidades é visitando seus pontos turísticos. No caso da comunidade do Aglomerado da Serra, o projeto visa desenvolver uma educação para o turismo e lazer, provocando um outro olhar das crianças sobre a cidade de Belo Horizonte e não só para o “morro”, como estão acostumados. Buscamos assim, fazê-los perceber que têm direito de usufruir os espaços públicos e também privados, independente da realidade sócio-econômica que os circundam. Segundo Santos (Apud Martins 2003) “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação”. Justifica-se então, a organização de passeios turísticos pela cidade, priorizando a participação do público na escolha do local a ser visitado.

Arruda (Apud Martins 2003) lembra que “o conceito de participação enfatizado no princípio democrático, no qual todos os que são atingidos por medidas sociais e políticas devem participar dos processos decisórios, procura o comprometimento dos grupos envolvidos num projeto de gerência e decisão dos assuntos de seu maior interesse. No processo de preservação do patrimônio histórico e artístico, ou patrimônio humano, ou cultural, observamos uma ausência de participação popular”.

Dessa forma o projeto de extensão mantém seus objetivos fortalecendo-os num processo de integração com a cidade e seu patrimônio e possibilitando o envolvimento das crianças e jovens do PEC em processos decisórios. Adotamos, a linha de um turismo de inclusão (Coriolano, 2003), que inclui seus integrantes em todos os processos contribuindo para o seu desenvolvimento humano, reconhecendo ainda a contribuição que ele pode dar no processo de formação de cidadãos. Fernandes (Apud Martins 2003) considera cidadão “aquele ser responsável pela História que o envolve. Sujeito ativo na cena política, reivindicante ou

provocador da mutação, da transformação social. Homem envolto nas relações de força que comandam a historicidade e a natureza política. Enfim o cidadão como ser, homem e sujeito a um só tempo”. Ações no campo do turismo relacionadas com essa concepção foram desenvolvidas com sucesso em pequenas e grandes regiões e têm contribuído para o desenvolvimento dessas localidades: fortalecendo bases, unificando pessoas e criando novos paradigmas dentro da sociedade excludente em que vivemos.

A segunda linha de ação é denominada Capacitação dos Educadores da Casa Menino no Parque que tem duas diretrizes: a Educação Ambiental e a importância da vivência lúdica. Essas ações demonstram a constante preocupação do PEC com a formação de cidadãos e com a fomentação de uma visão mais integrada do todo na busca de resultados efetivos que contribuam com a inserção de uma parcela da sociedade que é normalmente excluída em um processo mais profundo e reflexivo.

O curso de capacitação dos educadores em Educação Ambiental fundamenta-se nas idéias de Ruschmann (1997), quando afirma que é inegável o compromisso da atividade turística com a conservação da diversidade biológica, ou biodiversidade, considerada o recurso global composto pela variedade e variabilidade de todas as formas de vida no planeta Terra, sejam elas de ocorrência naturais ou domesticadas pelo homem. Por isso, a “educação para o Turismo”, pregada pela maioria dos autores que tratam dos estudos de impacto da atividade e de seus agentes sobre o meio ambiente, envolve necessariamente a educação ambiental. Objetiva refletir sobre aspectos relacionados às três ecologias (pessoal, social e ambiental), propiciar condições teórico-práticas para a abordagem de assuntos relacionados ao homem e seu ambiente junto às crianças e jovens, criar um espaço de discussões aprofundadas sobre o educador e seu papel em projetos sociais, qualificar a equipe de educadores e desenvolver um pensamento sistêmico que apóie as elaborações e execuções dos planejamentos individuais em cada oficina. Segundo Gadotti (2003) “a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação”.

A educação ambiental foi abordada pela Unesco em 1985 num documento que trata do treinamento de instrutores especializados e ressalta a necessidade da conscientização da humanidade sobre sua estreita relação com o meio ambiente, a fim de desenvolver os valores e a justiça social e atuar de maneira a evitar ou corrigir problemas ambientais (Unesco-Wep 1985, apud IB-Usp 1991). Por esse motivo a capacitação da equipe de educadores constitui uma forma de sensibilização daqueles sujeitos que poderão construir metodologias voltadas para uma educação comprometida com o meio ambiente, e ainda, mais integrada com o todo dentro do PEC, uma vez que essa equipe é composta pelos agentes multiplicadores mais destacados do Programa.

Por sua vez, a capacitação para a compreensão lúdica nos processos educativos, pretende introduzir reflexões acerca da ludicidade e prática de brincadeiras, na busca do entendimento de que crianças e jovens têm direito a viver a infância e a juventude, de forma lúdica, criativa, participativa e reconhecendo suas diferenças, limites e possibilidades. Ao se colocarem como protagonistas da própria infância e brincando, os educadores valorizam mais esse tipo de atividade e podem desenvolver todo um repertório de brincadeiras que são utilizadas posteriormente nos momentos de rodas e nas oficinas de um modo geral.

Esperamos, com essas ações, contribuir com uma busca de resultados que demonstrem que as exclusões sociais, falta de identidade e injustiça social podem ser combatidas, desde que haja uma sensibilização e comprometimento de todos os setores, diante da construção de uma sociedade mais igualitária.

Metodologia

A metodologia do projeto de extensão é dinâmica, uma vez que acompanha a possibilidade de adaptação às mudanças e demandas do PEC, reconhecendo limites e criando novas oportunidades que reforcem nossos objetivos. O planejamento e avaliação das ações são feitos em reuniões semanais com participação dos alunos-bolsistas, a professora orientadora e a coordenadora pedagógica da Casa Menino no Parque.

Em 2003, foram atendidas em torno de 180 crianças e adolescentes do conglomerado da Serra, em situação de risco, por meio da oficina de recreação, horta, jardinagem, capoeira, informática, materiais recicláveis, leitura, teatro, circo, realizadas nos períodos da manhã e tarde. A participação das crianças e adolescentes está vinculada a matrícula e frequência na escola regular.

A atuação dos alunos bolsistas, no ano de 2003 se manteve no âmbito da “Oficina de Brincar”, como foi chamada e contemplava basicamente atividades de recreação e brincadeiras com crianças de 5 a 7 anos.

A ação realizada foi organizada em três momentos:

1) Na primeira etapa dos trabalhos, os esforços foram no sentido de entender e compreender a dinâmica do Programa. Nesse sentido, foram realizadas reuniões com sua coordenação pedagógica, para conhecer as estruturas administrativas, pedagógicas e físicas. Em seguida, os alunos fizeram um rodízio pelas oficinas oferecidas para as diferentes idades atendidas, observando o trabalho desenvolvido em cada uma delas. Por fim, surgiu a demanda de atendimento às crianças de 5 a 7 anos, na oficina de recreação, ou, como foi batizada no projeto, “Oficina de Brincar”. A partir de então, ficou definida a participação dos alunos, que atenderam em média 20 crianças por turno. Nesse momento foi realizado um diagnóstico familiar delas, por meio de atividades lúdicas.

2) O segundo momento foi a “Oficina de Brincar” propriamente dita. Para sua realização, definimos coletivamente o planejamento das atividades, a execução e a avaliação. A leitura de textos, principalmente no início, foi fundamental para subsidiar essa etapa de aplicação das teorias do brincar como base do desenvolvimento de aprendizagens. Destacamos as brincadeiras cantadas, os jogos, as gincanas, a construção coletiva de um parquinho de pneus, as diversas atividades por ele proporcionadas, a semana do meio ambiente, a conscientização sobre o lixo, visita a alguns setores do parque com potencial de aprendizagem de conteúdos específicos como o viveiro e a cascatinha, os filmes, leituras de histórias e dramatização. Além disso, a participação nas atividades em conjunto com as outras oficinas, como a festa junina, a semana da criança, dentre outras.

3) O terceiro momento foi marcado por um período de mudanças internas no projeto, tanto na sua estrutura física, com reformas no prédio, como na pedagógica. A prefeitura de Belo Horizonte sinalizou para um aumento no atendimento de crianças e a inserção do “Menino no Parque” em um projeto mais amplo, denominado Programa Esportista Cidadão. (suas características bem como as parcerias e qual o papel de cada um dos parceiros estão descritas a seguir). Diante das indefinições dessas ações, as oficinas, dentre elas a do Brincar, ao longo do segundo semestre, passaram por momentos de incerteza. Ao mesmo tempo, essas mudanças possibilitaram momento de capacitação da equipe de educadores sociais, participação em discussões sobre novas diretrizes dos projetos, início do curso de educação ambiental (posteriormente será abordado este assunto com maior ênfase), potencializando a interação de toda a equipe do Parque.

Dentro da nova estrutura foi possível a continuidade do Projeto de Extensão, para o ano de 2004, possibilitando também a ampliação da atuação dos alunos bolsistas e dos objetivos a serem alcançados.

Mais uma vez, o primeiro momento de ação foi o levantamento das possibilidades de intervenção, ficando definidas as propostas do turismo pela cidade de Belo Horizonte e a capacitação de educadores para a educação ambiental e a vivência lúdica.

1) Organização de passeios turísticos por Belo Horizonte

Essa proposta foi intitulada “Turismo e cidadania: Conhecendo BH”. O primeiro passo consiste em avaliar, por meio de um questionário, o conhecimento das crianças e jovens sobre a história, a cultura de BH e seus patrimônios. A partir daí, propomos um momento de pesquisa (folders, fotos, reportagens) sobre diferentes locais, possibilitando a escolha daqueles que as crianças e jovens têm interesse em conhecer.

Diante desses materiais, as crianças e adolescentes escolhem o local a ser visitado.

Definido o local, os alunos-bolsistas passam para o planejamento da visita, que consiste no contato com o local para requerer o monitoramento da visita, elaboração do cronograma, medidas de segurança (crachás, uniformes e autorizações), lanches, ônibus.

Após a realização do passeio ao local escolhido, são avaliados os pontos positivos e negativos e o aprendizado que foi adquirido durante o processo.

2) Capacitação dos Educadores

a) Educação Ambiental:

Foi feito um contato com a Gerência de Educação Ambiental, no sentido de reforçar a necessidade de se priorizar a Educação Ambiental dentro de um programa social desenvolvido pelo próprio Parque das Mangabeiras, como é o caso do PEC. Nesse sentido, foram realizadas várias reuniões onde ficou definido o conteúdo, carga-horária, cronograma, profissionais convidados. Os cursos terão início ainda este mês, realizados quinzenalmente, com uma carga horária total de 44 horas/aulas. Os temas serão: os quatro pilares da educação – aprender a ser, a fazer, a conhecer e a conviver; a educação ambiental no contexto da educação informal; a metodologia de desenvolvimento da educação ambiental; técnicas de elaboração de projetos de educação ambiental; jardinagem humana e ambiental (Ikebana); abordagem das três ecologias; jogos pedagógicos aplicados em educação ambiental.

b) Importância da vivência lúdica

Essa capacitação prevê reflexões acerca da importância da ludicidade na vida dos sujeitos e consiste em introduzir discussões teóricas e a vivência de brincadeiras durante as reuniões semanais dos educadores. Essas atividades estão sendo ministradas pelos alunos bolsistas, com a participação dos 10 educadores sociais e a coordenação da Casa Menino no Parque.

Resultados e discussão

Na atuação no ano de 2003 os resultados foram claramente percebidos. As crianças atendidas demonstraram um desenvolvimento em relação à auto-estima, a segurança em expor suas idéias nos momentos coletivos, a socialização em geral. Além disso, ficou claro que a vivência lúdica é intrínseca aos sujeitos e não deve ser imposta; que o prazer e a liberdade se fazem presentes em qualquer roda de crianças e adolescentes; que as regras são necessárias também para que a brincadeira aconteça e, que o trabalho do educador é mediar e possibilitar esses momentos, para que os sujeitos possam criar e recriar, apesar do contexto social em que se encontram. Foi possível perceber como a atuação foi importante não só para as crianças atendidas, mas na sua propagação em todo o Programa, uma vez que os alunos-bolsistas tornaram-se referência, para educadores e crianças, quando o assunto era brincadeira. Por parte dos alunos-bolsistas a atuação possibilitou interação com o universo infantil; experiências com outra realidade, que abriu campo para o Turismo Social e o entendimento do Lazer como direito fundamental de todos e a inserção na área da Educação.

Em 2004, foi possível perceber um maior dinamismo dos alunos-bolsistas em relação à definição das novas linhas de atuação. As propostas de intervenção estão em andamento.

O Projeto “Turismo e Cidadania: conhecendo BH” já contemplou 40 crianças de 10 anos. A visita realizada no Mineirão e na Igreja da Pampulha foi avaliada de forma positiva pelas crianças que consideraram que o passeio superou suas expectativas e que possibilitou novos aprendizados e conhecimento. Algumas crianças, que não estavam muito freqüentes, mudaram de postura nessas duas turmas e já se podem perceber articulações de outras, no sentido de escolher o lugar que vá ao encontro de seus interesses, quando for a sua vez. .

Percebemos que a inserção de estudantes de turismo numa realidade social diferente daquela que é normalmente apontada pelo mercado como público alvo, vem ampliando suas competências, ao trabalhar com meio ambiente, processos decisórios, atividades lúdicas, capacitação e vem aproximando esse estudante de um contexto mais próximo da nossa realidade social, e possibilita a obtenção de resultados que podem contribuir para a integração e cooperação dessas diferentes realidades.

Conclusões

A abordagem do projeto de extensão tem permitido a prática de uma concepção mais social e humana sobre o turismo, com as quais a equipe do projeto FUMEC se identifica, que percebe o Lazer e o Turismo, não só como possibilidade de crescimento econômico e geração de divisas, mas também como elemento formador de uma sociedade mais digna, igualitária e consciente dos seus processos, direitos e deveres. Ao optar pela linha do Turismo de Inclusão Social dentro do PEC, o projeto de extensão tem possibilitado a integração dos jovens e crianças num processo participativo, vem promovendo a vivência do lúdico em diferentes instâncias e contribuindo para a qualificação da equipe de educadores, de forma sistêmica. O projeto demonstra que a inserção do meio acadêmico em uma realidade social menos favorecida traz benefícios para todos os agentes envolvidos e pode ajudar no processo de formação de cidadãos. Entende-se assim, que a educação envolve valores coletivos e individuais e que devem ser desenvolvidos por todos os setores da sociedade, não estando ligados apenas ao nível sócio-econômico,

Compreendendo os conceitos de Cidadania, Participação e de Patrimônio, podemos fazer uma correlação entre os três e concluir que o Patrimônio na realidade é uma consequência da percepção do homem e seu valor, no contexto no qual está inserido.

O projeto de extensão vem apoiar o desenvolvimento de uma percepção coerente à realidade dessas crianças e jovens, e também consciente de suas vontades e direito. É esse turismo que queremos e buscamos: um Turismo que inclui, ajuda a formar cidadãos, respeita os espaços onde atua, ajuda a criar soluções frente aos problemas sociais locais, regionais e nacionais, e, principalmente valoriza o desenvolvimento humano, contrário ao simples crescimento econômico.

Referências bibliográficas

- BROUGÉRE, Gilles. Brinquedo e Cultura. São Paulo: Cortez, 1997.
- CORIOLOANO, Luzia. N. M. T. O Turismo de Base Local e o Desenvolvimento Humano. In: Anais do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza, CE, 2003. p.60-70
- GADOTTI, Moacir A Ecopedagogia como pedagogia apropriada ao processo da Carta da Terra. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v.12, n.21, p.13, jan-jun. 2003.
- PINTO, Leila M. S. M. Dicionário Crítico de Educação: Lazer. In: Presença Pedagógica. Editora Dimensão. V.7.n.40. jul/ago/2001
- MARTINS, José C. O. M. Homem e Identidade: O patrimônio humano no desenvolvimento local e no turismo. In: Coriolano, L. N. M. (Org.) O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local. Fortaleza, CE: Premius. P.67-76

MOESCH, Marutschka. Turismo e Lazer: conteúdos de uma única questão. In: Marcellino, N.C. (Org.). Formação e Desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte. Campinas, SP: Papirus, 2002.p

RUSCHMANN, Doris. Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997.